

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.757 - RJ (2019/0352878-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **FLAVIO SOARES CRELIER**
ADVOGADO : **FLÁVIO SOARES CRELIER - RJ130892**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PACIENTE : **LENILSON SOARES SALEMA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LENILSON SOARES SALEMA – preso em flagrante, sendo a custódia convertida em prisão preventiva, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003 e 147 do Código Penal – contra decisão monocrática de Relator do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que indeferiu pedido liminar (HC n. 0075599-76.2019.8.19.0000).

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, a ilegalidade das decisões que decretaram/mantiveram a prisão preventiva do paciente, diante da ausência dos requisitos legais e da carência de fundamentação concreta e idônea. Destaca condições favoráveis e a possibilidade de aplicação de outras cautelares.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da segregação cautelar, com expedição de alvará de soltura, com superação da Súmula n. 691/STF.

É o relatório. **Decido.**

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar.

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO.

Superior Tribunal de Justiça

PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo. 2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal. 3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau. 4- Ordem não conhecida (HC n. 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA Desembargadora Convocada do TJ/MG DJe 1/10/2007).

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Não é o que ocorre na espécie.

Consoante se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido liminar na origem não ostenta ilegalidade evidente e apta a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal.

Ademais, a análise perfunctória do *writ* não evidencia a ocorrência de constrangimento ilegal hábil a permitir a concessão da ordem de ofício.

No particular, o Juiz singular, ao converter o flagrante em preventiva, assim se manifestou (e-STJ fl. 42):

Quanto ao "periculum libertatis", é importante ressaltar que está igualmente presente: tratam-se de crimes graves, os quais ensejam um ambiente preocupante à paz social da localidade, considerando que o custodiado foi capturado com armamento de altíssimo potencial lesivo municiado e com numeração

Superior Tribunal de Justiça

raspada, logo após a vítima pedir ajuda aos policiais relatando ameaça de morte.

Destaca-se que os policiais abordaram o custodiado, logo após o mesmo fechar o carro da vítima, sendo encontrada a arma no banco do carona. O motivo das ameaças de morte seria o relacionamento da vítima com a ex-mulher do custodiado.

Destaca-se a extrema gravidade dos delitos, que geram a grave perturbação da ordem pública, considerando estarem na posse de armamento de altíssimo potencial lesivo municiada e com numeração raspada, além do altíssimo risco à integridade física da vítima. Assim, considerando o alto risco de reiteração delitiva, há a necessidade de acautelamento do custodiado evitando-se que o mesmo volte a praticar atos similares.

É certo que questões suscitadas pela defesa do paciente serão tratadas naquele *mandamus* por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Em conclusão, entendo não configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, resultando incabível a presente impetração.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator